



Estudos Teológicos foi licenciado com uma Licença Creative Commons –
Atribuição – NãoComercial – SemDerivados 3.0 Não Adaptada

EDITORIAL

Entregamos ao público leitor o primeiro número do volume 60 da revista *Estudos Teológicos*. Um ano especial, no qual completamos mais uma década de existência do nosso periódico. Este é, contudo, um ano de muitos desafios, nomeadamente aqueles desencadeados pelo novo coronavírus (o SARS-CoV-2), que, com um terrível saldo de milhares de mortes, nos coloca diante de uma situação-limite, uma realidade que nos parece opaca à vista, como definiu Karl Jaspers. O filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto, leitor de Jaspers, optou por pensar o conceito de situação-limite de modo diferente. Para ele, essa dimensão desafiadora dos seres humanos pode ser entendida como “a margem real onde começam todas as possibilidades”¹. Em meio à dor, insegurança e pessimismo quanto ao futuro, seguimos, freirianamente, a nossa vocação ontológica para sermos mais e optamos por ler situação-limite como potencial de nascimento de inéditos viáveis, uma fronteira entre o ser e o ser mais, que permite a transposição de toda situação limitadora.

Nossa opção teológica é a de enfrentar a situação-limite com *atos-limites*, atos criativos e rebeldes que nos possibilitem a superação do dado pronto, não aceitando docilmente o cenário heterônomo que nos oprime. Esses *atos-limites* exigem de nós um espírito subversivo, nascido do exercício da leitura crítica do mundo. Dessa forma, o desafio que se descortina diante de nós é o de fazer teologia como uma experiência criadora e transformadora da realidade. Nesse esforço criativo, a *Estudos Teológicos*, percebendo as particularidades deste ano, abre a sequência de dossiês previstos para 2020 com o dossiê “**Religião e Direitos Humanos**”, cuja apresentação elaborada pelos organizadores Adriano Lima e Cláudio Ribeiro, que podemos ler na sequência, demonstra que a construção teológica em nosso país tem feito da situação-limite “um ponto de partida material, analítico, econômico e político”², sobre a qual se pode propor a superação de uma realidade concreta e assim construir outra realidade.

Dossiê “Religião e Direitos Humanos”

O presente dossiê “Religião e Direitos Humanos” é um trabalho feito com seriedade e inteligência, esclarecedor e comprometido com o Estado Democrático de Direito. Assim, evidentemente esse trabalho deve interessar a todos aqueles e todas aquelas

¹ PINTO, A. V. *Consciência e Realidade Nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960. p. 284.

² DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 437

que se preocupam com as relações entre as religiões e a defesa dos direitos humanos, bem como com o fortalecimento da democracia e a necessária separação entre Estado e igrejas/religiões. O dossiê é oportuno, original e possui uma densa qualidade teórica.

O dossiê abre suas reflexões com dois artigos de ordem mais conceitual no tocante à relação global entre religião e direitos humanos. O primeiro é “As religiões e a reconstrução dos direitos humanos: uma abordagem transdisciplinar”, de Gilbraz Aragão e Mailson Fernandes Cabral de Souza. Nele, os autores mostram que os direitos humanos têm um importante papel na construção e promoção de uma cultura de paz, mas têm sido postos em questão face aos grandes conflitos da contemporaneidade, tais como as crises migratórias, a violência urbana e a ascensão de fundamentalismos políticos e religiosos ao redor do globo. Visando refletir sobre esse quadro, o texto articula a concepção contra-hegemônica dos direitos humanos, delineada por Boaventura de Sousa Santos, o conceito de pluralismo religioso, tal como teorizado por Peter Berger, e a abordagem transdisciplinar desenvolvida por Basarab Nicolescu. A tese é que as religiões podem fornecer, por meio de suas teologias pluralistas e progressistas, uma nova plataforma para a reconstrução dos direitos humanos, engendrando uma atitude transcultural e transreligiosa para a reconstrução dos direitos humanos.

Em “Diálogo inter-religioso e direitos humanos”, Alonso Gonçalves, tendo como ponto de partida a compreensão de diálogo em autores como o educador brasileiro Paulo Freire e a teóloga feminista oriental Kwok Pui-Lan, identifica nas religiões pontos de diálogo, uma vez que elas nutrem um bem viver, ou seja, há em suas matrizes elementos que tratam da dignidade do ser humano e suas relações com o sagrado, com outros semelhantes e com a natureza (ecologia). As condições para que essas religiões dialoguem e tratem de temas comuns não são estabelecidas, necessariamente, pelo aspecto dogmático ou doutrinário das religiões. O que o artigo mostra é que a temática dos direitos humanos se constitui em elemento privilegiado de diálogo e práxis inter-religiosa.

Na sequência, o dossiê traz análises de alguns temas específicos como (i) a relação entre pentecostalismo e direitos humanos, (ii) as questões de gênero, (iii) aspectos que envolvem as religiões de matrizes afro-brasileiras, e (iv) o debate sobre ensino religioso.

Em “A contribuição do pentecostalismo na promoção dos direitos humanos dos negros”, Adriano Sousa Lima e Luiz Alexandre Solano Rossi analisam o movimento pentecostal estadunidense conhecido como Missão da Fé Apostólica, na rua Azusa, em Los Angeles, entre os anos 1906 a 1909, referência histórica dos pentecostalismos. Naquela comunidade, homens e mulheres, brancos e negros, participavam juntos das reuniões litúrgicas e conviviam em comunhão uns com os outros. O combate ao racismo naquela comunidade pentecostal era uma doutrina ensinada por William Seymour, o bispo da igreja, considerado o fundador do pentecostalismo.

Jaci de Fátima Souza Candiottto, em “Direitos humanos, teologia e relações de gênero”, mostra, primeiramente, que os direitos das mulheres como direitos humanos são efeitos de um conjunto de lutas históricas por direitos protagonizadas pelas próprias mulheres quando elas mostram os limites da mera reivindicação por direitos já estabelecidos e formulados de maneira abstrata e genérica, como na Declaração de 1948. Em seguida, a autora sublinha que no âmbito da teologia latino-americana feita

por mulheres as lutas contra a discriminação são indissociáveis de uma teologia na perspectiva das relações de gênero, justamente na mesma época em que a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, realizada em 1993 em Viena, introduz a categoria de gênero para referir-se a qualquer ato ou conduta de violência contra a mulher pelo fato de ser mulher. O artigo mostra que a teologia feita por mulheres tem uma afinidade prática e teórica com a luta pelos direitos das mulheres empreendida em outros espaços e a partir de outras perspectivas.

Há três textos no dossiê que abordam mais diretamente as questões das religiões afro-brasileiras relativas aos direitos humanos, sendo o terceiro relativo ao Ensino Religioso em escola pública. O primeiro artigo, de Érica Jorge Carneiro, é “Compromisso com os direitos humanos: políticas culturais do candomblé no combate ao racismo”. Nele, a autora apresenta o racismo como uma doença social, construída historicamente na sociedade brasileira desde o período da escravidão e da diáspora africana. O texto realça que negras, negros e afrodescendentes sofrem ainda hoje de forma explícita ou velada com o racismo, fruto em parte das teorias chamadas científicas datadas do século XIX, até sua reconfiguração por meio do mito de democracia racial. O artigo mostra que desde as décadas de 1960 e 1970, movimentos sociais, estudantis, culturais e religiosos têm se preocupado em elaborar estratégias que visem combater o racismo bem como reforçar as políticas identitárias africanas e afrodescendentes de ordem histórica, cultural e religiosa. O texto também aborda duas ações culturais de combate ao racismo elaboradas por um terreiro de candomblé jeje-nagô, de forma a destacar a preocupação dessa religião com a preservação dos direitos humanos.

Outro texto é “Religião de matriz afro-brasileira no pensamento social: do racismo doutrinário à violação de direitos”, de Sergio Luis do Nascimento. O artigo apresenta uma revisão sobre os estudos e as pesquisas das religiões de matriz afro-brasileira no pensamento social brasileiro e sobre os estereótipos, perseguições, preconceitos em relação a essas matrizes. Indica a necessidade de se traçar um quadro sócio-histórico aprofundado acerca das teorias raciais no Brasil e das religiões afro-brasileiras, buscando sua análise e as interseções entre os temas na descrição sobre o constructo do racismo epistemológico e a violação dos direitos humanos.

O ensino religioso é abordado por Jamylly Kelly Corrêa da Gama, Piedade Lino Videira e Elivaldo Serrão Custódio no artigo “A relevância da disciplina Ensino Religioso para a desconstrução de práticas racistas e preconceituosas no cotidiano escolar”. A pesquisa mostrou que um viés ecumênico e multiculturalista no Ensino Religioso nas instituições públicas de educação pode ser um meio eficaz para a desconstrução de práticas racistas e preconceituosas em relação a religiões historicamente marginalizadas no cotidiano escolar. A prática de Ensino Religioso na Escola Municipal de Ensino Fundamental Goiás foi analisada, a partir de pesquisa qualitativa, especialmente sobre qual o tratamento dado às religiões de matriz africana. Os resultados obtidos apontaram que o Ensino Religioso oferecido desprivilegia as religiões de matriz africana, que os alunos pouco conhecem sobre as práticas religiosas afro-brasileiras e que os professores têm dificuldade em discutir a questão da intolerância religiosa.

Dois artigos abordam questões específicas da conjuntura brasileira. Em “Derechos humanos y libertad religiosa: resistencias al cristofacismo en Brasil”, as autoras

Claudete Beise Ulrich, Marga Janete Ströher, Nivia Ivette Núñez de la Paz refletem sobre a importância do respeito pelas liberdades individuais, incluindo o direito de ter ou não uma religião. Elas mostram que a religião, especialmente a cristã, tem sido usada para justificar atitudes e ações cristofascistas, apoiadas por um processo de neocolonialidade e necropolítica. A análise, com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Brasileira, afirma a diversidade religiosa, o secularismo e a importância das políticas públicas como elementos importantes para superar os discursos e ações coloniais e fascistas que moldam uma necropolítica.

Clarissa De Franco e Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão F^o, em “Um Estado ‘terrivelmente cristão’ e privatizador: a opressão à educação em direitos humanos no governo Bolsonaro”, analisam como as perspectivas de privatização e teocratização do atual governo federal tem prejudicado a educação – especialmente a educação em direitos humanos. Para observar esse fenômeno foram analisados discursos de representantes ligados à área de educação do governo federal (em 2019). Nesses discursos há forte presença da ideologia de gênese, termo nativo que se refere à perspectiva ideológico-religiosa que pressupõe que existem apenas dois sistemas sexo-gêneros (macho-homem/fêmea-mulher) legitimados por Deus e atrelados a uma única orientação sexual desejável, a hétero. A privatização e teocratização têm sido manejadas de modo a opor-se ao conceito de pluralidade, havendo por parte de tais mandatários e mandatárias tentativa de garantir que valores de determinados grupos sejam expandidos para a esfera coletiva, sem acompanhar diretrizes e debates internacionais.

Em “Human rights, religion and terrorism”, Flávia Cristina Piovesan e Melina Girardi Fachin tratam da proteção dos direitos humanos na luta contra o terrorismo, sobretudo as suas formas mais intolerantes baseadas em experiências religiosas fechadas e sectárias. O texto apresenta desafios e perspectivas para se enfrentar o terrorismo religioso da perspectiva do direito internacional dos direitos humanos, como a necessidade de se criar uma convenção internacional específica para a prevenção e o combate ao terrorismo, a compreensão do terrorismo como um crime contra a humanidade, a prevenção e punição de medidas discriminatórias em nome de estratégias antiterror, e o questionamento das bases religiosas do fundamentalismo com vistas a garantir o pluralismo, a diversidade e o diálogo inter-religioso.

Dois textos possuem enfoque na teologia prática. Em “A relação entre dignidade humana e não violência no magistério pontifício”, Felipe Sérgio Koller, Suzana Regina Moreira e Jefferson Zeferino apresentam a correlação entre não violência e dignidade humana a partir de um mapeamento do termo “não violência” nos textos do magistério dos papas. O texto mostra que a ideia da não violência, originada no jainismo e defendida no último século sobretudo por Mahatma Gandhi e Martin Luther King Jr., foi absorvida pelos papas do pós-Concílio Vaticano II. A análise mostra que Paulo VI foi o primeiro papa a utilizar a expressão “não violência” em seus textos. João Paulo II destacou que o fundamento da não violência é o reconhecimento da dignidade humana, no que foi seguido por seus sucessores, Bento XVI e Francisco, cada um a seu próprio modo. O artigo realça a força de sentido da não violência em sua possibilidade de contribuição a uma ética pública, como elemento de destaque no

diálogo inter-religioso e como resistência às formas religiosas de expressão que se caracterizam justamente pelo ódio e pela violência.

O segundo texto é “Populismo e ‘povo’: precariedades e polarizações como desafio para os direitos humanos na perspectiva de uma teologia pública na contemporaneidade”, de Celso Gabatz e Rudolf von Sinner. O artigo parte da premissa de que governos e tendências populistas estão em evidência no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos, e que é necessário acompanhar criticamente tais desenvolvimentos, especialmente quando implicam violações de direitos humanos, nomeadamente de minorias. Os autores analisam os conceitos de populismo e de “povo” em diálogo com o pensamento de Ernesto Laclau, numa conceituação divergente da comum e com a perspectiva de uma teologia pública.

Em “Direitos humanos na era do cinismo: a contribuição da teologia cristã”, Valério G. Schaper problematiza os direitos humanos como discurso hegemônico da emancipação no mundo contemporâneo. O autor aborda dois aspectos: o processo histórico que desvinculou os direitos humanos de sua matriz revolucionária e o cinismo que, como forma de vida, faz com que os direitos humanos coincidam justamente com o seu oposto. Ao final, a reflexão sinaliza para o potencial que representa a teologia cristã para uma revitalização dos direitos humanos, recuperando a força profética dos indicativos éticos dos mandamentos cristãos e o potencial teológico da empatia como força transgressora.

Nossa expectativa, enquanto coordenadores deste dossiê, é que os textos aqui apresentados possam contribuir para o aprimoramento moral e espiritual da humanidade, em especial da sociedade brasileira. A valorização e efetivação dos direitos humanos, bem como o respeito às diversidades religiosas, constituem elementos essenciais para a elevação da condição humana.

Os textos do presente dossiê são convites para o reconhecimento do valor de cada pessoa, independentemente de sua religiosidade, de sua cor, de sua orientação sexual ou de sua situação histórico-social. O princípio da dignidade da pessoa humana está consagrado no artigo 1º, inciso III da Constituição Federal, como fundamento do Estado Democrático de Direito. Este dossiê é sobre a promoção dos direitos humanos, sobre o valor positivo e significativo das diversidades religiosas e sobre o reconhecimento de que cada pessoa individualmente, em uma linguagem kantiana, possui um valor intrínseco, e deve ser tratado como fim em si mesmo e nunca como meio para uso arbitrário.

Teologia e Interdisciplinaridade

Além dos 13 textos que compõem o atual dossiê, esta edição conta com seis artigos na seção **Teologia e Interdisciplinaridade**. No primeiro artigo dessa seção, intitulado “O desafio ecumênico da liturgia cristã”, Elias Wolff parte do pluralismo de formas litúrgicas que expressam diferentes compreensões da fé, para fazer a pergunta pelas possibilidades de as igrejas se reconhecerem mutuamente em suas liturgias, superando suas divergências e vivenciando comunhão litúrgica.

O segundo artigo, “O Espírito de Pentecostes em Gertrudes de Helfta: leitura pneumatológica de uma mística alemã do séc. XIII”, de Marcial Maçaneiro, apresenta a

teologia mística de Beneditina Gertrudes, em especial, sua contribuição para a espiritualidade cristã: a noção de experiência do Espírito Santo como um Pentecostes cotidiano.

Scheila Roberta Janke nos apresenta o artigo “Origem, transmissão e significado das *Cartas do Céu (Himmelsbriefe)*”, no qual analisa as chamadas *Cartas do Céu* ou *Cartas de Proteção*, que foram trazidas por imigrantes europeus ao Brasil e serviam como fontes de proteção contra doenças e perigos, convertendo-se em importantes fontes de fé nos momentos de superação de dificuldades.

O artigo “O princípio pluralista, corporeidade e sexualidade”, de Claudio de Oliveira Ribeiro, a partir da interação entre *princípio pluralista* com a produção teológica feminista e *queer* latino-americanas, apresenta uma reflexão teológica sobre corporeidade, sexualidade e prazer.

Em “Teoria do Apego e apego a Deus no aconselhamento: estudo de caso”, Hartmut August e Mary Rute Gomes Esperandio aplicam os conceitos da Teoria do Apego e do apego a Deus na prática do aconselhamento. Nesse estudo de caso individual instrumental, as pessoas autoras avaliam a aplicação e eficácia desses conceitos num contexto de aconselhamento espiritual.

O tema da liturgia, que abre essa seção, encontra outra abordagem com o artigo “Liturgia, rito, corpo e cotidiano: experimentação laboratorial”, escrito por Júlio César Adam e Ismael Scheffler. Esse artigo é resultado de uma experiência laboratorial envolvendo as áreas do teatro e da liturgia: o *Seminário experimental: ritualidades – pesquisas criativas*. A intenção do seminário é contribuir para a participação mais efetiva da comunidade na liturgia do culto cristão no contexto protestante brasileiro, especialmente. Além do relato do projeto e sua aplicação prática, o artigo traz à discussão temas pertinentes ao culto e à liturgia, como relações do culto com corpo, teatro e ação, bem como conceitos de inculturação e pós-colonialidade.

Nelson Kilpp encerra a presente edição com a resenha do livro “O Deus dos semitas”, uma importante obra do biblista jesuíta João Evangelista Martins Terra.

Desejamos a todas e todos uma excelente leitura.

Júlio César Adam

Marcelo Ramos Saldanha

Pela organização e apresentação geral da edição.

Adriano Lima

Cláudio Ribeiro

Pela organização e apresentação do dossiê “Religião e Direitos Humanos”.